

**RECURSO ESPECIAL nº 1790870 - SP (2019/0006533-0)**

**RELATOR : MIN. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**

RECORRENTE : FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA  
ADVOGADOS : CELSO DE FARIA MONTEIRO - SP138436  
: KAREN CRISTINA RUIVO E OUTRO(S) - SP199660  
: FERNANDA BIANCO PIMENTEL - SP167810  
RECORRIDO : EURIDES AVELINO ROCHA  
ADVOGADOS : MARA DE OLIVEIRA BRANT - SP260525  
: SIMONE APARIZI GIMENES E OUTRO(S) - SP259910  
INTERES. : BRADESCO SAUDE S/A  
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*"PLANO DE SAÚDE - Ação de obrigação de fazer Tutela provisória visando impor à ré que mantenha o autor e seus dependentes no plano contratado pela ex- empregadora Cabimento Pretensão que, prima facie, encontra amparo nos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98 Mensalidade que deve corresponder à soma do valor mensal que já vinha sendo descontado do agravante mais a média desembolsada pela empresa nos últimos dozes meses anteriores ao rompimento do vínculo empregatício, multiplicado pelo número de vidas Recurso provido em parte" (e-STJ fl. 488).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No especial, a recorrente alega, em síntese, a violação dos arts. 371, 408, 373, I, e 374, III, do Código de Processo Civil de 2015, 31 da Lei nº 9.656/1998, 421 e 422 do Código Civil.

Afirma que já comprovou nos autos o real valor a ser custeado pelo autor, que engloba as parcelas anteriormente pagas por ele e pelo empregador, motivo pelo qual. Acrescenta que a opção pela continuidade no plano de saúde está condicionada ao pagamento integral das mensalidades.

Após a apresentação de contrarrazões, o recurso foi admitido na origem, subindo os autos a esta Corte.

É o relatório.

**DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A pretensão não merece acolhimento

Verifica-se que o acórdão decidiu de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ao declarar o direito à manutenção do ex-empregado no plano de saúde, desde que arque com o pagamento integral das mensalidades.

A exemplo desse entendimento:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONSONÂNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 568/STJ.*

*1. Ação de obrigação de fazer, fundada na nulidade do oferecimento de plano de saúde temporário e de reajustes por faixa etária.*

*2. O aposentado possui o direito manutenção no plano de saúde coletivo formalizado em decorrência de vínculo empregatício, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava antes da aposentadoria, desde que tenha contribuído por no mínimo dez anos e assuma o pagamento integral da contribuição, a qual poderá variar conforme alteração no plano paradigma. Precedentes. Ante o entendimento dominante do tema nas Turmas de Direito Privado, aplica-se, no particular, a Súmula 568/STJ.*

*3. Agravo interno no recuso especial não provido."*

(AgInt no REsp 1.724.456/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/10/2018, DJe 10/10/2018)

*"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 333, I, DO CPC/73. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. EX-EMPREGADO APOSENTADO. MANUTENÇÃO DAS MESMAS CONDIÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICA. PRECEDENTES. APLICAÇÃO DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. Rever a convicção formada pelo Tribunal de origem, acerca da necessidade de produção das provas requeridas, importaria, necessariamente, o reexame do acervo fático-probatório carreado aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Precedentes.*

*2. Esta eg. Corte Superior firmou entendimento de que a manutenção do plano de saúde coletivo ao ex-empregado aposentado lhe é garantida, observadas as mesmas condições de assistência médica e de valores de contribuição, mediante assunção do pagamento integral desta, que poderá variar diante das alterações ocorridas no plano paradigmático, em paridade com o que a ex-empregadora vier a custear. Precedentes.*

*3. Agravo interno desprovido."*

(AgInt no REsp 1.703.078/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 27/09/2018)

Importante considerar que o tribunal de origem, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, consignou que não houve comprovação pela recorrente dos valores despendidos pela empregadora a fim de custear parte do plano de saúde, consoante verifica-se do excerto do voto condutor a seguir transcrito:

*"(...) em cognição sumária, vê-se que o aqui agravante, prima facie, se enquadra nessa autorização legal, uma vez que foi funcionário da empresa Ford Motors Company Brasil. por mais de dez anos, aderindo ao*

*plano de saúde coletivo administrado pela recorrente (fl. 18/ 32 dos principais).*

*Noutro norte, ao que consta, as mensalidades (fls. 31/ 32) vieram impostas sem qualquer comprovação acerca da cota-parte relativa à empresa, além do que veio fixada em valor que se mostra aparentemente excessivo. Vale anotar, no entanto, que o cálculo ofertado pelo autor não encontra, prima facie, qualquer amparo na documentação apresentada, não bastando para tanto os documentos de fls. 45/ 53.*

*Assim, enquanto a questão estiver sendo debatida nos autos, razoável que, consoante o entendimento que vem sendo mantido por esta Câmara em casos semelhantes, a mensalidade corresponda à soma do valor mensal que já vinha sendo descontado do agravante mais a média desembolsada pela empresa nos últimos dozes meses anteriores ao rompimento do vínculo empregatício, multiplicado pelo número de vidas, cujo balanço deverá ser apresentado pela ré diretamente ao juízo do processo em cinco dias" (fl. 490 e-STJ).*

Rever tal entendimento demandaria o reexame de cláusulas contratuais e de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos das Súmulas nºs 5 e 7/STJ: "*a simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial*" e "*a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*".

Impõe-se ressaltar que não cabe ao Superior Tribunal de Justiça reexaminar as premissas de fato que levaram o Tribunal de origem a tal conclusão, sob pena de usurpar a competência das instâncias ordinárias, a quem compete amplo juízo de cognição da lide.

A propósito:

**"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. SEGURO DE SAÚDE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULA 5/STJ. INADMISSIBILIDADE.**

**1. O reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial é inadmissível.**

**2. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido".**

(AgInt no AREsp 1045604/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 06/10/2017)

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE. ANÁLISE DO MÉRITO DA DEMANDA EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. REQUISITOS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. REAJUSTE EM DECORRÊNCIA DE MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. DISCRIMINAÇÃO EM RAZÃO DA IDADE. RECURSO ESPECIAL. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA. DESCABIMENTO. SÚMULA N. 5/STJ.**

**1. A jurisprudência do STJ considera abusiva cláusula contratual que prevê reajuste de mensalidade de plano de saúde em decorrência de mudança de faixa etária do segurado.**

**2. Não há como verificar se as cláusulas contratuais foram redigidas de forma clara e de acordo com as resoluções aplicáveis, a teor da Súmula n. 5/STJ.**

**3. Agravo regimental desprovido".**

(AgRg no AREsp 202.013/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 26/03/2013)

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Deixo de tratar dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015) porque o recurso especial é oriundo de acórdão proferido em julgamento de agravo de instrumento, sem fixação de honorários sucumbenciais.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator

